



STATE GRID

BRASIL TRANSMISSÃO





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A State Grid

A State Grid Brazil Holding S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede no Centro do Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 28 de abril de 2010.

Tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades. A Companhia é subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia criou duas subsidiárias a SGBH Expansão Participações Ltda. e a SGBH Transmissão Participações Ltda. Juntamente com as subsidiárias, a Companhia adquiriu em 15 de dezembro o controle integral de sete concessionárias transmissoras de energia elétrica no Brasil. As empresas adquiridas são:

1. Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.,
2. Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A.,
3. Itumbiara Transmissora de Energia S.A.,
4. Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.,
5. Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.,
6. Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.,
7. Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R\$1.225.627.500,00 (Hum bilhão duzentos e vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil e quinhentos reais) dividido em 1.225.627.500 idênticas ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (em reais). A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Ações ordinárias subscritas e integralizadas

	2010	
Top View Grid Investment Limited		1
International Grid Holdings Limited	1.225.627.499	
	1.225.627.500	

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	2010	
		Controladora	Consolidado
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	83.458	249.179
Concessionárias e permissionárias	5	-	56.042
Empréstimos - partes relacionadas	14	149.117	-
Créditos com empresas relacionadas	14	25.102	-
Estoques		-	4.987
Adiantamento a fornecedores		81	586
Impostos a recuperar	6	411	35.187
Contas a receber - ativo financeiro	7	-	501.956
Outros créditos		83	3.109
		258.252	851.046
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	-	2.323
Empréstimos - partes relacionadas	14	1.191.848	-
Impostos a recuperar	6	-	89.267
Contas a receber - ativo financeiro	7	-	2.516.970
Outros créditos		-	2.817
Investimentos	9	1.861.389	-
Imobilizado		4	4
Intangível	10	-	107.029
		3.053.241	2.718.410
		3.311.493	3.569.456
Total do ativo			

	Nota	2010	
		Controladora	Consolidado
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores		-	14.198
Empréstimos e financiamentos	11	302.337	302.337
Empréstimos - partes relacionadas	14	500	500
Impostos e contribuições sociais		25.300	68.963
Taxas regulamentares	12	-	14.881
Outros		1.365	6.233
		329.502	407.112
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	400.188	400.188
Empréstimos - partes relacionadas	14	1.334.962	1.334.962
Outras provisões - medidas compensatórias	13	-	13.987
Provisão para contingências	16	-	17.927
Impostos diferidos		-	147.731
Outros		-	7.726
		1.735.150	1.915.503
Patrimônio líquido			
Capital social		1.225.628	1.225.628
Reserva de lucros		20.152	20.152
Reserva legal		1.061	1.061
		1.246.841	1.246.841
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.311.493	3.569.456

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, apresentado em reais)

	Nota	2010	
		Controladora	Consolidado
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas		(9.584)	(9.633)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(9.584)	(9.633)
Resultado financeiro		30.846	30.846
Receita financeira		35.892	35.892
Receitas de aplicações financeiras		81	81
Outras receitas financeiras		5.214	5.214
Variação cambial		30.597	30.597
Despesa financeira		(5.046)	(5.046)
Variações monetárias passivas		-	-
Juros		(5.036)	(5.036)
Outras despesas financeiras		(10)	(10)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(49)	-
Lucro antes dos impostos		21.213	21.213
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-
Lucro líquido do período		21.213	21.213
Lucro líquido por ação - R\$		0,02	0,02

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), com sede à Praça Olavo Bilac, 28, Sala 511, Centro, Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 28 de abril de 2010 e teve capital integralizado em 13 de maio de 2010 em R\$ 1.800, subsequente aumentado em R\$1.223.828 em 17 de dezembro de 2010, e tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades A Companhia é subsidiária do Grupo State Grid, localizado em Pequim, na República Popular da China.

Em 21 de junho de 2010, a Companhia criou duas subsidiárias a SGBH Expansão Participações Ltda. e a SGBH Transmissão Participações Ltda. Juntamente com as subsidiárias, a Companhia adquiriu em 15 de dezembro o controle integral de sete concessionárias transmissoras de energia elétrica no Brasil, as quais pertenciam ao Grupo Isolux Corsan S.A. As empresas adquiridas são: Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A., Expansion Transmissão Itumbiara Marimondo S.A., Itumbiara Transmissora de Energia S.A., Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A., Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A., Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A., Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide Nota 2.16, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão social	% de Participação 2010
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH Expansão")	99,99
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH Transmissão")	99,99
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	99,99
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	99,99
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	99,99
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	99,99
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	99,99

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são men-

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Dividendos retidos		
Incorporação da Companhia em 13/05/2010	1.800	-	-	-	1.800
Integralização de capital em 17/12/2010	1.223.828	-	-	-	1.223.828
Lucro líquido do exercício	-	-	21.213	21.213	21.213
Constituição de reserva legal	-	1.061	-	(1.061)	-
Dividendos retidos	-	-	20.152	(20.152)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.225.628	1.061	20.152	-	1.246.841

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
(Em milhares de reais)

	2010	
	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	21.213	21.213
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	-	(56.042)
Estoques	-	(4.987)
Contas a receber - ativos financeiro	-	(3.018.926)
Tributos e contribuições compensáveis	-	(122.874)
Partes relacionadas	(1.340.965)	-
Outros créditos	(187)	(8.788)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	-	14.198
Tributos e contribuições sociais	164	49.907
Partes relacionadas	500	1.335.462
Taxas regulatórias	-	14.729
Impostos diferidos	-	147.731
Provisão para contingências	-	17.927
Outras provisões - medidas compensatórias	-	13.987
Outras contas a pagar	1.011	6.571
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(1.318.264)	(1.589.892)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Novos investimentos	(1.861.389)	-
Aquisição de imobilizado (ativo financeiro) - intangível	(4)	(89.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.861.393)	(89.082)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos captados	2.037.487	702.525
Aumento de capital	1.225.628	1.225.628
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	3.263.115	1.928.153
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes	83.458	249.179
Saldo inicial de caixa e equivalentes	-	-
Saldo final de caixa e equivalentes	83.458	249.179
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes	83.458	249.179

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

surados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.6. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos assemelhados. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia.

2.8. Ativo financeiro

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008 e 611, de 22 de dezembro de 2009, que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis e o ICPC 01 - Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.9. Investimentos em controladas

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento



inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.13. Tributação

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) às alíquotas de 7,6% e 1,65%;

- Reserva Geral de Reversão (RGR) ao valor mensal fixado pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL;

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixada pelos Despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo; e

- Sobre ajustes efetuados por diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

2.14. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas transmissoras de energia elétrica com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas companhias em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% de sua receita bruta anual.

A Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da taxa de fiscalização descrita anteriormente.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da Administração da Companhia é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas civis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.17. Compromissos com o meio ambiente

Medidas compensatórias - O valor da compensação ambiental da State Grid Brazil Holding S.A. ainda não foi oficialmente definido pelo Órgão Ambiental do Estado de Minas Gerais, tendo em vista o disposto na Lei 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09. A Administração da Companhia, baseada no entendimento de seus assessores jurídicos, interpreta que o valor da compensação será estipulado em torno de 0,5% do valor do empreendimento, valor compatível com o provisionado. A Administração da Companhia adotou como prática contábil o reconhecimento dessa provisão ao término da construção da linha de transmissão, sendo o débito registrado como custo de imobilização e incluído no processo de utilização dos bens.

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.19. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil na forma da ICPC 01 pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinados infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado anualmente, considerando a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial. Na data da revisão tarifária da Companhia, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com o seguinte modelo contábil do ativo financeiro. Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da State Grid Brazil Holding S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos são avaliados com base no custo ou valor justo.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Novos IFRS e interpretações do IFRIC

- IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.

- Melhorias para IFRS - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 - Combinação de negócios.
- IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	
	Controladora	Consolidado
Caixa	9	76
Bancos	33.368	47.022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	50.081	202.081
	83.458	249.179

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em Fundos de Investimento de Títulos Públicos multipatrocinados. Esses fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer momento e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado.

5. Concessionárias e permissionárias

	2010	
	Controladora	Consolidado
A vencer	-	54.894
Vencidas até 30 dias	-	892
Vencidas até 60 dias	-	146
Vencidas até 90 dias	-	110
Vencidas há mais de 90 dias	-	1.367
	-	57.409
	-	(1.367)
	-	56.042

As controladas da Companhia monitoram suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para devedores duvidosos em 31 de dezembro de 2010 registrados com base na análise do índice de inadimplência por concessionárias e permissionárias e por valores em aberto há mais de 90 dias. Tal critério foi adotado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A movimentação do saldo da provisão para devedores duvidosos foi a seguinte durante o exercício 2010:	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
(+) Complemento PDD	1.367
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.367

6. Impostos a recuperar

	2010	
	Controladora	Consolidado
Circulante		
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	5.064
COFINS a compensar - ativo imobilizado	-	24.198
Outros	411	5.925
	411	35.187
Não circulante		
PIS a compensar - ativo imobilizado	-	16.066
COFINS a compensar - ativo imobilizado	-	73.201
	-	89.267

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo permanente, durante o período de construção das linhas de transmissão de suas controladas, conforme facultam as Leis nº 10.833/03 e nº 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal na razão de 1/48. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas estimam a realização do ativo de acordo com o seguinte cronograma esperado nos seguintes exercícios:

	PIS/COFINS
2012	28.990
2013	20.574
2014	7.143
2015 em diante	32.560
	89.267

7. Contas a receber - ativo financeiro

A rubrica de contas a receber - ativo financeiro origina-se da aplicação da interpretação técnica - ICPC 01 - Contrato de concessão e da orientação técnica OCPC 05 - Contratos de concessão (IFRIC 12), conforme mencionado na nota explicativa 3.

O montante total de R\$ 3.018.926 no consolidado (sendo R\$ 501.956 no ativo circulante e R\$ 2.516.970 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2010), foi calculado retroativamente ao início do período de concessão e entrada em operação das linhas de transmissão da Companhia. O saldo do contas a receber - ativo financeiro (tanto ativo circulante quanto ativo não circulante) é atualizado com base na variação de índices inflacionários (IGP-M), de modo que o mesmo é alterado ano a ano até o prazo final da concessão. O saldo do ativo circulante basicamente representa o saldo da receita anual permitida (RAP) esperada para ser recebida no ano seguinte. A realização dos saldos classificados no ativo não circulante é projetado e é projetada até o final do prazo de concessão das controladas.

8. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa rubrica refere-se a aplicação relativo a medidas compensatórias pelo compromisso da subsidiária Expansão Transmissão de Energia Elétrica S.A. assumido com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

9. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2010						
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Saldo
SGBH Expansão	621.000	28	620.972	-	(28)	620.972
SGBH Transmissão	251.000	21	250.979	-	(21)	250.979
ITE	938.525	446.048	492.477	126.778	58.247	486.526
RPTE	306.015	122.967	183.048	21.195	7.962	69.074
PCTE	395.834	177.980	217.854	22.415	545	54.173
SMTE	737.986	411.322	326.664	106.379	30.069	80.258
SPTE	295.524	120.699	174.825	39.769	6.626	299.407
						1.861.399

Conforme mencionado na nota explicativa 1, em 15 de dezembro de 2010 a Companhia adquiriu o controle patrimonial das companhias Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE"), Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("SPTE"), Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE"), Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") e Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE"), por um valor total de R\$ 989.438. Considerando que em 31 de dezembro de 2010 as referidas controladas implantaram o IFRIC 12 como base de registro de seus ativos, a data de aquisição foi considerada como 31 de dezembro de 2010 e os ativos e passivos das controladas, após a implantação do IFRIC 12 foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo em 31 de dezembro, foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Considerando que a data de aquisição das controladas foi determinado como 31 de dezembro de 2010, não foi apurado resultado de equivalência patrimonial para tais empresas durante o exercício de 2010.

O resultado de equivalência patrimonial no em 2010, de R\$49 (despesa), refere-se ao resultado das controladas SGBH Expansão Participações Ltda. e a SGBH Transmissão Participações Ltda.

10. Intangível - consolidado

Os saldos em 31 de dezembro de 2010 são compostos como se segue:	
Ágio de aquisição	67.981
Outros	39.048
Total do saldo de Intangível	107.029



10.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

A composição dos ágios e deságios em 31 de dezembro de 2010 e a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme segue:

	2009	Adições	Baixas	2010
EETE	-	366.783	-	366.783
ETIM	-	106.443	-	106.443
ITE	-	(5.951)	-	(5.951)
RPTE	-	(113.974)	-	(113.974)
PCTE	-	(163.680)	-	(163.680)
SMTE	-	(246.405)	-	(246.405)
SPTTE	-	124.765	-	124.765
	-	67.981	-	67.981

As adições de intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 67.981 referem-se ao ágio final resultante das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo, conforme requer o CPC 15 (IFRS 3R). Apesar dos valores terem sido apurados individualmente, conforme demonstrado acima, a aquisição das controladas mencionadas acima foi tratada como um negócio apenas, e não como aquisição individual de empresas (considerando que as sete empresas adquiridas acima possuíam os mesmos acionistas).

O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes. Não foram identificados indícios de *impairment* relacionados a tal ágio em 31 de dezembro de 2010.

O grupo de "Outros" é composto basicamente por softwares e servidões.

11. Empréstimos e financiamentos (Controladora e Consolidado)

Os saldos em 31 de dezembro de 2010 são compostos como se segue:

Notas promissórias	302.337
Export-Import Bank of China	400.188
Total de empréstimos e financiamentos	702.525
Passivo circulante	302.337
Passivo não circulante	400.188

Em novembro de 2010, a Companhia emitiu notas promissórias no montante de US\$300.000 junto ao HSBC CTVM, com um prazo máximo de vencimento de 180 dias. Os juros incidentes são definidos com base na média da variação diária do CDI, calculados com base na divulgação da CETIP e capitalizados até um montante máximo de 1.4% ao ano. O empréstimo junto ao Export-Import Bank of China captado durante 2010, no montante de \$240.000 (com contrato no valor de \$270.000), é atualizado com base na taxa de juros de seis meses da Libor, mais 2% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente, começando em Março de 2011 e o valor total do empréstimo deve ser pago em 60 meses.

12. Taxas regulamentares

Os saldos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2010	
	Controladora	Consolidado
Correntes	-	-
Quota de Reserva Global de Reversão (RGR)	-	7.414
Taxa de fiscalização - ANEEL (TFSEE)	-	3.312
P&D	-	4.027
Outros	-	128
	-	14.881

De acordo com a Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem recolher para crédito da RGR a quota anual que lhe for atribuída por definição da ANEEL. Essa quota é definida com base em 2,5% do investimento (saldo do imobilizado líquido da depreciação acumulada) pro rata tempore, observado o limite de 3% das receitas, a serem pagas em 12 parcelas mensais. As controladas da Companhia vem reconhecendo mensalmente a provisão para a RGR tomando como base 3% da receita operacional menos a provisão da Taxa de fiscalização descrita anteriormente. Divergências entre o valor provisionado e o valor pago permanecem no passivo da Companhia até que seja emitido despacho complementar por parte da ANEEL para pagamento.

13. Outros provisões - medidas compensatórias

O Contrato de Concessão nº 003/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, determina que a Concessionária deve enviar esforços no sentido de minimizar danos à flora e à fauna existentes ao longo da faixa de domínio das linhas de transmissão por ocasião da sua implantação e durante o período de concessão, tendo em conta a observância dos compromissos e responsabilidades definidas nos documentos de licenciamento ambiental. As controladas da Companhia estão operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo aos requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais, visando mitigar e compensar os impactos, conforme determinado na Licença Ambiental de Operação nº 726/2008 emitida pelo IBAMA em 30 de setembro de 2008.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da provisão ambiental no consolidado é de R\$ 13.987. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião dos assessores legais, entendem que não há previsão de atualização monetária para essa provisão enquanto não houver assinatura do Termo de Compromisso com o IBAMA, o que não havia ocorrido até a data do balanço. Além disso, a provisão está mantida no passivo não circulante por não haver expectativa de desembolso no próximo exercício.

14. Empréstimos - partes relacionadas

Empresas	Natureza da operação	2010					
		Controladora			Consolidado		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
State Grid Intl Development Ltd.	Empréstimo	-	1.335.462	(2.002)	-	1.335.462	(2.002)
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	Empréstimo	162.942	-	863	-	-	-
Expansion Transmissora Itumbiara Marinbondo S.A.	Empréstimo	71.181	-	377	-	-	-
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	370.106	-	949	-	-	-
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	361.416	-	482	-	-	-
Serra Paracatu Transmissora de Energia	Empréstimo	100.928	-	728	-	-	-
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	109.341	-	1.594	-	-	-
Poço de Caldas Transmissora de Energia S.A.	Empréstimo	165.051	-	500	-	-	-
		1.340.965	1.335.461	3.491	-	1.335.462	(2.002)
Circulante		149.117	500	-	-	-	-
Não circulante		1.191.848	1.334.962	-	-	-	-

A Companhia formalizou em 26 de novembro de 2010, contrato de empréstimo com a companhia State Grid Intl Development Ltd. (pertencente ao Grupo State Grid) no valor máximo de US\$ 800.000. Sobre o principal da dívida incide a taxa de juros Libor mais 2% ao ano. Os juros devem ser amortizados trimestralmente com início em 31 de março de 2011 e o saldo remanescente a pagar deve ser amortizado em 30 de novembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do empréstimo estava segregado entre R\$ 500 no passivo circulante e R\$1.334.962 no passivo não circulante.

Adicionalmente, a Companhia possui créditos referentes a reembolsos de despesas a receber de empresas relacionadas no montante de R\$25.102.

15. Patrimônio líquido

a) **Capital social**

Em 13 de maio de 2010, os acionistas Top View Grid Investment Limited e International Grid Holdings Limited subcreveram capital no valor de R\$ 1.800.

Em 17 de dezembro de 2010, os acionistas Top View Grid Investment Limited e International Grid Holdings Limited decidem aumentar e integralizar capital no valor de R\$ 1.223.828.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 1.225.628, dividido em 1.225.627.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$ 1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas 2010	
Top View Grid Investment Limited	1	
International Grid Holdings Limited		1.225.627.499
		1.225.627.500

b) Reserva legal	
A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.	
c) Dividendos	
Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/7, calculados conforme abaixo:	
Lucro líquido do período	21.213
Reserva legal (5%)	(1.061)
Base de cálculo para os dividendos	20.152
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	5.028

FÁBIO MONTEIRO MARQUES
DIRETOR PRESIDENTE
CONTADORA: SIMONE CORTE GOMES NOVELLO - CRC RJ 095172/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e acionistas da **State Grid Brazil Holding S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 28 de abril de 2010 (data de incorporação da Companhia) a 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação

O saldo total do lucro ajustado após a constituição da reserva legal foi alocada como dividendos retidos, no montante de R\$20.152, registrados como reserva de lucro

16. Contingências

A Companhia e suas controladas são parte envolvida em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e outros, surgidos no curso normal dos seus negócios e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa quanto judicial, as quais são amparadas por depósitos judiciais, quando aplicáveis. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração da Companhia e suas controladas, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

A Companhia registra provisão para contingências para processos considerados como expectativa de perda provável, conforme abaixo:

	2010	
	Controladora	Consolidado
Tributária	-	14.356
Trabalhista	-	229
Servidões	-	1.203
Civil	-	2.139
	-	17.927

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem processos com expectativa de perda possível, para os quais não foi registrado provisão para contingências em 31 de dezembro de 2010.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	2010 - Controladora			2010 - Consolidado		
	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	83.458	83.458	-	249.179	249.179
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	56.342	-	56.342
Contas a receber - ativo financeiro	-	-	-	3.018.926	-	3.018.926
	-	83.458	83.458	3.075.268	249.179	3.324.447

Em 2010, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2010	
	Controladora	Consolidado
Fornecedores	-	14.198
Empréstimos e financiamentos	702.525	702.525
Empréstimos - partes relacionadas	1.335.462	1.335.462
Impostos e obrigações fiscais	164	49.907
	2.038.151	2.102.092

Os empréstimos e financiamentos não têm negociação ativa e as taxas de juros são pós-fixadas e estão consistentes com as praticadas no mercado; dessa forma, os saldos contábeis informados encontram-se próximos aos respectivos valores justos.

17.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) **Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

17.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2010 a SGBH não apresentou lucro tributável, considerando que o resultado positivo de variação cambial apenas é tributado quando da efetiva realização da receita.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

20. Demonstração do resultado pró-forma (não auditada)

Conforme mencionado na nota 1, a aquisição das controladas operacionais da Companhia ocorreu em dezembro de 2010. Caso referida aquisição ocorresse em 1º de janeiro de 2010, o resultado consolidado da Companhia e de suas controladas, seria o seguinte para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

Receita operacional líquida	477.582
Custo da operação	
Pessoal	(12.833)
Material	(1.269)
Serviços de terceiros	(11.598)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica	(2.486)
Arrendamentos e aluguéis	(1.366)
Custo de construção e outros	(32.104)
Lucro operacional bruto	415.926
Despesas operacionais	
Pessoal e administradores	(4.920)
Outras	(42.867)
Lucro antes do resultado financeiro	368.139
Resultado financeiro	(119.204)
Receita financeira	57.959
Receitas de aplicações financeiras	13.703
Outras receitas financeiras	9.153
Variação cambial	35.103
Despesa financeira	(177.163)
Variações monetárias passivas	(9.235)
Juros	(123.838)
Outras despesas financeiras	(44.090)
Lucro antes dos impostos	248.935
Imposto de renda e contribuição social	(54.853)
Lucro líquido do exercício	194.082

21. Outras informações

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentado qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo naquela data.

das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 28 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

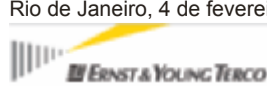
Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da State Grid Brazil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de 28 de abril de 2010 a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da State Grid Brazil Holding S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Claudio Camargo
Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da State Grid Brazil Holding Expansão Participações LTDA, para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A SGBH Expansão Participações Ltda.
A SGBH Expansão Participações LTDA é uma subsidiária da State Grid Corporation Of China (SGCC). A SGBH seguiu os passos da SGCC que possui a melhor forma de administração, melhor qualidade de serviço, boa cultura de trabalho, além de dedicação e inovação visando o desenvolvimento sustentável do setor de energia elétrica brasileiro, tem gana de fazer parte da sociedade brasileira e contribuir no desenvolvimento do país. Tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades. Com sede no Centro do Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 21 de junho de 2010. Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A., por um valor total de R\$ 618.918.
A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)		
	Nota	2010
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		2.082
		2.082
Ativo não circulante		
Investimento		618.918
		618.918
Total do ativo		621.000
Passivo		
Passivo circulante		
Partes relacionadas		22
Outros		6
		28
Patrimônio líquido		
Capital social		621.000
Prejuízo acumulado		(28)
		620.972
Total do passivo e do patrimônio líquido		621.000

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)				
	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Constituição de da Sociedade	50	(50)	-	-
Aumento e integralização de capital	621.000	-	-	621.000
Prejuízo do período	-	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	621.050	(50)	(28)	620.972

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A SGBH Expansão Participações Ltda. ("Sociedade"), com sede à Praça Olavo Bilac, 28, sala 511, Centro, Rio de Janeiro, foi constituída em 21 de junho de 2010 com um capital de R\$50, e tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades.

Em 8 de dezembro de 2010, o capital social da Sociedade foi aumentado para R\$621.000. Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A., por um valor total de R\$618.918.

2. Políticas contábeis
As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. Vide Nota 2.9, com os detalhes das estimativas.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado
O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira
A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros
Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) **Ativos financeiros**
Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) **Passivos financeiros**
Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6. Investimentos em controladas
O investimento da Sociedade em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Sociedade. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Sociedade em sua coligada. A Sociedade determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da

Ações ordinárias subscritas	
2010	
State Grid Brazil Holding S.A.	99%
International Grid Holding Limited	1%
	100%

Agradecimentos
Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos colaboradores, prestadores de serviços, seguradoras, usuários, entidades financeiras, e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Empresa e para o cumprimento da nossa missão.
Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2011.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por quota, apresentado em reais)	
2010	
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(28)
Prejuízo antes dos impostos	(28)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(28)
Prejuízo por lote de mil quotas - reais	(0,05)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)	
Nota	2010

Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(28)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	
Fornecedores	28
Caixa gerado pelas atividades operacionais	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aumento e integralização de capital	621.000
Aquisição de investimento	618.918
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	2.082
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes	2.082
Saldo inicial de caixa e equivalentes	-
Saldo final de caixa e equivalentes	2.082
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes	2.082

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.8. Tributação
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração da Sociedade faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Julgamento significativo da Administração da Sociedade é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros
Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Sociedade revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11. Lucro por ação
A Sociedade efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos	
	2.082
	2.082

4. Investimentos
Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2010				
Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2010

Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	496.012	243.877	252.135	111.972	46.246	618.918
---	---------	---------	---------	---------	--------	---------

Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A., por um valor total de R\$ 618.918. Considerando que em 31 de dezembro de 2010 a investida implantou o IFRIC 12 como base de registro de seus ativos, a data de aquisição foi considerada como 31 de dezembro de



2010 e os ativos e passivos da investida, após a implantação do IFRIC 12 foram considerados como avaliados a valor de mercado. Desta forma, a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo em 31 de dezembro, foi inteiramente alocado como investimento.

5. Patrimônio líquido

a) **Capital social**
Em 21 de junho de 2010, os quotistas State Grid Brazil Holding S.A. e International Grid Holdings Limited subcreveram capital no valor de R\$ 50.

Em 08 de dezembro de 2010, os quotistas State Grid Brazil Holding S.A. e International Grid Holdings Limited integralizaram capital no valor de R\$ 621.000.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 621.000, dividido em 621.000.000 de quotas com valor de R\$ 1,00 cada.

Em 31 de dezembro de 2010, permanece saldo de capital a integralizar no valor de R\$ 50.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Ações ordinárias subscritas e integralizadas	
2010	
State Grid Brazil Holding S.A.	620.999.999
International Grid Holdings Limited	1
	621.000.000

6. Instrumentos financeiros

6.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

2010			
Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.082	2.082
	-	2.082	2.082

Os principais passivos financeiros da Sociedade são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

2010	
Passivos financeiros	
Parte Relacionadas	22
Contas a pagar	6
	28

O saldo de partes relacionadas representa despesas incorridas pela Sociedade e que foram pagas pela empresa controladora State Grid Brasil Holding S.A..

6.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Sociedade, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

6.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

7. Outras informações

A Sociedade não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentado qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo naquela data.

FÁBIO MONTEIRO MARQUES

DIRETOR PRESIDENTE

CONTADORA: SIMONE CORTE GOMES NOVELLO - CRC RJ 095172/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e quotistas da

SGBH Expansão Participações Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras da SGBH Expansão Participações Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 21 de junho (data de incorporação da Sociedade) e 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento

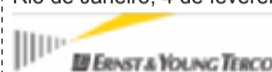
do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SGBH Expansão Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de junho a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Claudio Camargo

Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2010, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da State Grid Brazil Holding Transmissão Participações LTDA. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A SGBH Transmissão Participações Ltda.

A SGBH Transmissão Participações Ltda é uma subsidiária da State Grid Corporation Of China (SGCC). A SGBH seguiu os passos da SGCC que possui a melhor forma de administração, melhor qualidade de serviço, boa cultura de trabalho, além de dedicação e inovação visando o desenvolvimento sustentável do setor de energia elétrica brasileiro, tem gana de fazer parte da sociedade brasileira e contribuir no desenvolvimento do país. Tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades. Com sede no Centro do Rio de Janeiro, Brasil, foi constituída em 21 de junho de 2010. Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A., por um valor total de R\$ 248.442.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)		
	Nota	2010
Ativo		
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa		2.558
		2.558
Ativo não circulante		
Investimento		248.442
		248.442
Total do ativo		251.000
Passivo		
Passivo circulante		
Partes relacionadas		15
Outros		6
		21
Patrimônio líquido		
Capital social		251.000
Prejuízo acumulado		(21)
		250.979
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		251.000

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

2010			
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2.558	2.558
Ativo não circulante			
Investimento		248.442	248.442
Total do ativo		251.000	251.000
Passivo			
Passivo circulante			
Partes relacionadas		15	15
Outros		6	6
		21	21
Patrimônio líquido			
Capital social		251.000	251.000
Prejuízo acumulado		(21)	(21)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		250.979	250.979

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)				
	Capital social subscrito	Capital a integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Constituição de da Sociedade	50	(50)	-	-
Aumento e integralização de capital	250.950	50	-	251.000
Prejuízo do período	-	-	(28)	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	251.000	-	(21)	250.979

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)	
	2010
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(21)
Prejuízo antes dos impostos	(21)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(21)
Prejuízo por lote de mil quotas - Reais	-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por quota, apresentado em reais)	
	2010
Despesas operacionais	
Gerais e administrativas	(21)
Prejuízo antes dos impostos	(21)
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo do período	(21)
Prejuízo por lote de mil quotas - Reais	-

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)		
	Nota	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período		(21)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores		21
Caixa gerado pelas atividades operacionais		-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento e integralização de capital	5	251.000
Aquisição de investimento	4	248.442
Caixa gerado pelas atividades de investimentos		2.558
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes		2.558
Saldo inicial de caixa e equivalentes		-
Saldo final de caixa e equivalentes	3	2.558
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes		2.558

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SGBH Transmissão Participações Ltda. ("Sociedade"), com sede na Praça Olavo Bilac, 28, sala 511, Centro, Rio de Janeiro, foi constituída em 21 de junho de 2010 com um capital de R\$50, e tem como principal objetivo a participação societária em outras sociedades.

Em 8 de dezembro de 2010, o capital social da Sociedade foi aumentado para R\$251.000.

Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A., por um valor total de R\$248.442.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram autorizadas pela Administração em 04 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e os comunicados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Sociedade para determinação do valor adequado a ser registrado, nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide Nota 2.9, com os detalhes das estimativas.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor. As principais práticas contábeis adotadas pela

Sociedade estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros



Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Sociedade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.6. Investimentos em controladas

O investimento da Sociedade em sua controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Sociedade. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Sociedade. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Sociedade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Sociedade em sua coligada. A Sociedade determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Sociedade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.8. Tributação

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A Sociedade optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que deverá ser manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2010 - ano base de 2009.

2.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade requer que a Administração da Sociedade faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

Julgamento significativo da Administração da Sociedade é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com

estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Sociedade revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11. Lucro por ação

A Sociedade efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2010
Bancos	2.558
	<u>2.558</u>

4. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2010					Saldo de investimentos em 31 de Dezembro de 2010
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida do exercício	Resultado do exercício	
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	242.940	100.941	141.999	49.073	23.175	248.442

Em 15 de dezembro de 2010 a Sociedade adquiriu o controle acionário da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A., por um valor total de R\$ 248.442. Considerando que em 31 de dezembro de 2010 a investida implantou o IFRIC 12 como base de registro de seus ativos, a data de aquisição foi considerada como 31 de dezembro de 2010 e os ativos e passivos da investida, após a implantação do IFRIC 12 foram considerados como avaliados a valor de mercado. Desta forma, a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo em 31 de dezembro, foi inteiramente alocado como investimento.

5. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 21 de junho de 2010, os quotistas State Grid Brazil Holding S.A. e International Grid Holdings Limited subcreveram capital no valor de R\$ 50.

Em 08 de dezembro de 2010, os quotistas State Grid Brazil Holding S.A. e International Grid Holdings Limited integralizaram capital no valor de R\$ 250.950.

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade era de R\$ 251.000, dividido em 251.000.000 de quotas com valor de R\$ 1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	Ações ordinárias subscritas e integralizadas 2010
State Grid Brazil Holding Ltda.	250.999.999
International Grid Holdings Limited	1
	<u>251.000.000</u>

6. Instrumentos financeiros

6.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	2010			Total
	Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.558	2.558	2.558
	-	<u>2.558</u>	<u>2.558</u>	<u>2.558</u>

Os principais passivos financeiros da Sociedade são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Passivos financeiros	2010
Parte Relacionadas		15
Contas a pagar		6
		<u>21</u>

O saldo de partes relacionadas representa despesas incorridas pela Sociedade e que foram pagas pela empresa controladora State Grid Brasil Holding S.A.

6.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Sociedade e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Sociedade, que periodicamente avalia a exposição da Sociedade e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos cambiais

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações de mútuo com seu controlador.

6.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e financiamentos e empréstimos apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

7. Outras informações

A Sociedade não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentado qualquer informação por segmento.

Não ocorreram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2010 que pudessem ter efeito material sobre as demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo naquela data.

FÁBIO MONTEIRO MARQUES
DIRETOR PRESIDENTE
SIMONE CORTE GOMES NOVELLO - CRC RJ 095172/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e quotistas da SGBH Transmissão Participações Ltda. Examinamos as demonstrações financeiras da SGBH Transmissão Participações Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 21 de junho (data de incorporação da Sociedade) e 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SGBH Transmissão Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 21 de junho a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011



ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ
Claudio Camargo
Contador CRC - 1PR 038.371/O-1 - S - RJ